

ORIGEM E FUNDAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (IV).

(Continuação).

CAPÍTULO IV.

ESTAVA O ÍNDIO CONDENADO?

Na medida em que se tornava mais caloroso o debate sobre o tratamento dos índios hostis, que aparentemente entravavam o caminho do progresso, tanto von Ihering como seus adversários dirigiram sua atenção para o mais contravertido dos problemas em foco: a questão se o Brasil deveria ficar indiferente ao extermínio de sua população nativa. A declaração de von Ihering, de acôrdo com as publicações e interpretações de Almeida e Horta Barbosa, e a exposição sensacional de Fric em Viena tinham-se tornado causas para que o pensamento de uma dizimação propositada dos índios parecesse imperdoavelmente cruel e estranho ao temperamento brasileiro e às tradições mais caras da nação. Por outro lado, não havia dúvida de que um programa de pacificação e proteção indígena exigiria a formulação de uma política indígena definida. Só com isto talvez se gastasse mais tempo, em circunstâncias mais difíceis, do que seria o caso com o massacre sumário das tribos hostis. Já que o sucesso de qualquer projeto destinado a obter a amizade e cooperação de índios selvagens depende da natureza das diversas raças primitivas em questão e de sua adaptabilidade ao modo de viver das civilizações modernas, a tarefa seria perigosa, dispendiosa e insegura, além de constituir uma responsabilidade pesada.

Será que os índios valiam tanta preocupação e despêsa? E aquilo que futuramente poderiam contribuir para a cultura e a economia do país compensaria o custo de sua pacificação, proteção e adaptação à civilização? Almeida e Horta Barbosa opinaram positivamente. Pelo menos ambos se definiram no sentido de que a proteção dos índios era uma responsabili-

de moral a ser aceita pelos brasileiros, independentemente dos possíveis resultados materiais daí decorrentes. Como mostraram em seus ataques a Hermann von Ihering, êste estava demasiadamente frio em seu raciocínio para perceber as implicações morais. O aparente consentimento do cientista ao extermínio dos índios do Brasil foi considerado pelos seus críticos, não apenas como expressão de simpatia para com os colonizadores alemães em seu conflito com os nativos, mas também como resultado de uma convicção compartilhada por muitos de seus próprios patrícios, de que o extermínio, embora cruel, era um método fácil, rápido, barato e de efeito permanente, para remover a obstrução indígena ao desenvolvimento do interior; em resumo, o método era inevitável porque o único realmente prático.

Estava-se atacando agora enérgicamente esta maneira fácil de encarar a obstrução indígena. Ao mesmo tempo, uma abordagem muito mais difícil estava pelo menos sendo considerada seriamente: a de assegurar a sobrevivência dos indígenas dentro dos moldes da civilização do branco. Sílvio de Almeida e Luís Bueno Horta Barbosa tinham, em seus ataques a von Ihering, denunciado a prática tradicional do extermínio e recomendado que se protegesse os índios sem levar em conta o gasto em tempo, esforço e dinheiro. Seus argumentos faziam parte das primeiras expressões de uma convicção cada vez mais forte no Brasil de que o tratamento futuro das raças nativas deveria ser baseado em princípios morais e não em meras conveniências.

Discussão no Centro de Ciências, Letras e Artes.

Não é surpreendente que o terceiro protesto contra a aparente aprovação do extermínio dos índios por Hermann von Ihering se tenha iniciado no Centro de Ciências, Letras e Artes, na movimentada e progressista cidade de Campinas. Deve-se aqui introduzir uma palavra sobre êste foco do crescente debate indígena. Como centro financeiro de terras cafezeiras extensas e possuindo mais indústrias do que se poderia esperar em vista do número de habitantes, esta cidade com uma população de quase cem mil habitantes, em 1908, considerava-se um baluarte da expansão econômica do Brasil. Sua localização, apenas a 100 kms de São Paulo, em direção noroeste, e também sua posição estratégica como ponto terminal da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro aumentavam suas atrações de centro de prosperidade e cultura moderna.

Dentro de uma atmosfera de otimismo econômico e sofisticação mental, o Centro de Ciências tinha-se desenvolvido rapidamente, desde sua inauguração em 1901, e tinha-se tornado uma das mais ativas e mais respeitadas sociedades científicas do Brasil (1). Diligente e obtendo êxito em seus esforços para ser representado nos importantes congressos nacionais e internacionais, o Centro era uma das quatro sociedades brasileiras representadas por Manuel de Oliveira Lima no Congresso Internacional de Americanistas em Viena, Áustria.

A preocupação especial do Centro de Ciências na “declaração do extermínio” de von Ihering originou-se parcialmente do fato de que tinha seguido de perto os trabalhos do Congresso de Viena, através dos relatórios de seu representante. Esta Sociedade sentiu que participava — embora indiretamente — tanto nos trabalhos como nos problemas do Congresso. O quadro da dizimação indígena na região amazônica, vivamente descrito pelo delegado do Pará, seguido pela denúncia irada da caça profissional aos índios em Santa Catarina por Alberto Fric, não apenas tinha colocado o assunto do extermínio dos índios claramente diante dos olhos dos delegados no Congresso mas também, com igual clareza, diante das sociedades nele representadas.

O Centro de Ciências tinha outros motivos para participar de forma imediata e proeminente na discussão do problema indígena. Esta Sociedade era a única das quatro representadas no Congresso de Viena que não estava isolada da população nativa pela localização no litoral. Embora a cidade de Campinas não estivesse mais na fronteira, a qual se tinha deslocado para além, para o Oeste de São Paulo, ela ainda constituía o centro de uma região que tinha sido tirada do índio e subjugada pelo arado dentro da memória de muitos de seus cidadãos. Qualquer que possa ter sido a amargura com a qual se travou aquela luta, ela parece ter desaparecido por volta de 1908, tendo deixado apenas uma lembrança nostálgica dos dias da fron-

(1). — O Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas mudou-se, em 1 de novembro de 1908, para uma sede nova, localizada numa parte menos comercializada da cidade. O prédio, maior e mais moderno, tinha biblioteca, museu, sala de conferências e muitos outros melhoramentos, ausentes na sede antiga. Podemos sentir-nos tentados a especular sobre o efeito que tal “promoção” para um novo e esplêndido centro de operações poderia ter tido sobre a audácia pela qual o Centro de Ciências iniciou e manteve a liderança durante os meses seguintes na campanha extensa para proteger a população indígena da nação. Para um breve relatório sobre a fundação do Centro de Ciências e sobre alguns de seus membros mais ilustres, no período de 1901 a 1908, vide “Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas” in *Correio Paulistano*, de 2 de novembro de 1908, pág. 3.

teira indígena e dos excitantes anos pioneiros do avanço das fazendas de café. Assim, o Centro de Ciências, por causa de sua relativa proximidade do problema indígena — tanto em relação ao tempo como ao espaço — tinha razões para assumir a liderança entre as sociedades científicas brasileiras na discussão sobre o mau trato e o extermínio dos índios, que agora estava agitando o país, em âmbito nacional.

Finalmente, o Centro de Ciências tinha um motivo para se opor a Hermann von Ihering: o levantamento do sentimento de nacionalismo. Embora Campinas estivesse ao norte da área de forte colonização alemã, a cidade tinha experimentado sua parte de irritação contra os imigrantes. A necessidade premente de trabalhadores nas fazendas das redondezas, para substituir o elemento escravo dos dias do Império, além da forte procura de mão-de-obra para suprir as crescentes indústrias da cidade, tinham tido como resultado um largo influxo de colonizadores europeus na área. De acôrdo com uma estatística de 1909, quase quinhentas famílias de imigrantes estavam concentradas em dois centros de população dentro do município de Campinas, e quase 17.000 colonizadores de diferentes nacionalidades estavam independentemente empregados em fazendas e outras emprêsas agrícolas, pertencentes ao município (2).

Embora se estivesse precisando urgentemente dos recém-chegados, êles não podiam evitar de provocar na população brasileira estabelecida certa irritação, que mais freqüentemente era sentida do que públicamente expressa. Quando os sócios do Centro de Ciências leram a respeito do protesto de Fric contra o extermínio dos índios por colonizadores europeus, no oeste de Santa Catarina, e depois souberam que um conhecido cientista alemão estava tentando justificar tal procedimento nas páginas da Revista científica do Museu de seu próprio Estado, sua reação bem pode ter sido em parte a consequência de um sentimento nacionalista latente causado por uma população “não-brasileira”.

Por estas e outras razões o Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas interessou-se imediatamente pela controvérsia provocada por causa das declarações de Fric e de von Ihering. Luís Bueno Horta Barbosa, cuja carta aberta a Sílvio de Almeida era o segundo protesto contra as palavras de von Ihering, era professor secundário em Campinas e orador oficial

(2). — Esta estatística foi apresentada à Câmara Federal por um de seus membros, para apoiar um pedido de certos privilégios econômicos, desejados pela cidade de Campinas. *Anais da Câmara dos Deputados. Sessões de 16 a 30 de novembro de 1909*, vol. XII (Rio de Janeiro, 1910), págs. 730-731.

do Centro de Ciências. Embora tenha agido independentemente, seu protesto foi transformado em protesto da Sociedade por seu consócio, Tito de Lemos, durante a sessão de 17 de outubro. Apenas uma pequena parte da oração dêste idoso senhor foi incorporada às atas da sessão, mas vale a pena citá-la aqui, por causa da influência que exerceu na divulgação da controvérsia em outras sociedades:

Considerando que o “Centro de Ciências, Letras e Artes” tem entre seus objetivos o estudo da raça indígena, especialmente na parte referente à sua arte; e que, por isso, não pode ser indiferente à sua sorte, tanto mais que foi essa infeliz raça americana, um dos fatores da nossa nacionalidade, não obstante os martírios que sofreu, indico que êste Instituto, pela forma que julgar mais conveniente, se dirija às sociedades de Geografia de São Paulo e Rio de Janeiro, convidando-as a um solidário protesto contra a desumana teoria da — exterminação dos índios — sustentada pelo Dr. H. Ihering, cuja cultura científica admiro, para que não venha adquirir prosélitos pela autoridade do seu saber e da alta função pública que exerce... (3).

Êste protesto de Tito de Lemos perante o Centro de Ciências significou uma abordagem mais positiva ao problema levantado por Hermann von Ihering, do que se via nos ataques anteriores por Sílvio de Almeida e Horta Barbosa. Tito de Lemos respeitava von Ihering como cientista e exatamente por isso sentia o perigo potencial em permitir a um homem tão influente externar públicamente e sem impugnação a idéia de que a exterminação dos índios era necessária ou inevitável. Preocupado pelo pensamento que os brasileiros poderiam aceitar a filosofia da “sobrevivência do mais apto”, à guisa de von Ihering, justamente numa época em que a proteção do indígena era mais necessária do que nunca, Tito de Lemos com a sua moção de 17 de outubro colocou os índios simbolicamente sob a proteção do Centro de Ciências e convidou duas das mais poderosas Sociedades brasileiras a apoiar uma rejeição oficial da posição de von Ihering.

Antes de terminar a sua palestra, Tito de Lemos acrescentou à moção já citada, a sugestão de que as autoridades civis investigassem o massacre dos índios coroados perto de Avanhandava na Estrada de Ferro Noroeste. Se fôsse verdade que

(3). — Ata da 306a. sessão ordinária de 17 de outubro de 1908 in *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, n.º 31 (julho de 1913).

a caça dos índios ali se tornava “uma nova espécie de sport com que muito se divertem”, como o **Correio da Manhã** (16 de outubro de 1908) dizia que era, então, os agentes de tal injustiça deveriam ser punidos de acôrdo com o artigo 294, parágrafo 1, do Código Penal. A esta recomendação, em conjunto com a sugestão de que as Sociedades geográficas de São Paulo e do Rio de Janeiro fôsem convidadas a se unirem em seu protesto contra a declaração de von Ihering, os membros presentes aplaudiram calorosamente, aprovando-a por unanimidade.

A resposta de von Ihering ao protesto de Sílvio de Almeida.

Três dias depois, em 20 de outubro de 1908, o artigo de Hermann von Ihering, em refutação ao ataque de Sílvio de Almeida, de 12 do mesmo mês, foi finalmente impresso n’**O Estado de S. Paulo**. E’ difícil adivinhar da leitura desta resposta mordaz quais teriam sido exatamente as suas intenções; certamente não eram conciliatórias. Em tom bastante polêmico, von Ihering começou reafirmando sua convicção de que os índios do Brasil constituíam um elemento improdutivo na economia nacional. Para apoiar aquela opinião citou uma declaração de José Vieira Couto de Magalhães, explorador e estudioso das coisas indígenas altamente respeitado — do século XIX —, a qual pintou o índio batizado como um degradado (4). Baseando-se nesta e em outras fontes para demonstrar a degeneração quase universal do índio civilizado no Brasil, von Ihering acrescentou que êste desenvolvimento infeliz até então não pôde ser evitado pelo Govêrno.

Apenas os jesuítas — disse von Ihering —, tinham trabalhado com proveito entre os índios, em larga escala, e isto, porque se dedicaram exaustivamente a uma causa na qual acreditavam e para qual estavam dispostos a sacrificar seu confôrto e suas vidas. Por essa razão êles puderam fazer milagres na elevação das culturas indígenas a um nível que os nativos não podiam manter sem os padres e que provávelmente nunca mais atingiriam. Já se passou o tempo, na afirmação pessimista de von Ihering, em que havia condições propícias para uma obra tão nobre. Os índios tinham diminuído em número, e a Constituição Republicana não permitia, como antes, que fôsem super-

(4). — Couto de Magalhães, “Ensaios de Anthropologia. Região e raças selvagens”, *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, vol. XXXVI, parte segunda (1873), págs. 359-516. O título desta Revista varia através dos anos, desde seu primeiro número, de 1839. Ela será citada, sem seguida, como *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

visionados pelo clero. Havia — o Dr. von Ihering admitiu — alguns sacerdotes capazes e devotados trabalhando esforçadamente entre os índios, franciscanos em São Paulo e os padres do Orfanato Cristóvão Colombo no Paraná, mas a atual dedicação altruística de alguns missionários não era de muita importância. Este tratamento pessimista do melancólico futuro dos índios civilizados terminou com a seguinte observação:

“E’ certo que os dignos padres merecem as nossas simpatias pelo zelo e pela abnegação com que se dedicam à educação dos índios, mas seria um êrro esperar dêsses esforços caritativos grande resultado para o progresso da vida nacional” (5).

Até este ponto a resposta de von Ihering ao protesto de Sílvio de Almeida, de 12 de outubro, era pouco mais do que uma análise entristecedora da inabilidade do Governo e da Igreja em impedir a degeneração rápida e quase universal dos índios do Brasil, quando postos em contacto com a civilização do branco. Se o Governo do país tinha sido incapaz de fazer alguma coisa construtiva para o índio, por falta do necessário espírito de amor, dedicação e abnegação dos missionários dos tempos antigos, e se tinha passado a época em que à Igreja era possível fazer grandes contribuições para o bem-estar dos índios, então qual era a esperança que restava para a população indígena do Brasil? Por que se preocupar em civilizar o índio, se, durante este processo, êle era despojado de sua própria cultura, ficando uma prêsa estupefacta de todos os vícios de uma cultura nova que não queria e não podia aceitar totalmente como a sua?

Nesta avaliação pessimista do índio, o pêndulo foi para o extremo oposto da concepção idealística do “selvagem nobre”, defendida pelos indianistas do romantismo na literatura brasileira do século XIX. Von Ihering, com seu retrato sombrio dos índios civilizados, como elemento degradado, improdutivo e não maleável na vida nacional, estava ameaçando de apagar as luzes daquele futuro radiante que seus opositores estavam começando a vislumbrar — um futuro, no qual o índio tomaria seu lugar ao lado do branco, numa nova união de entendimento que tornaria efetiva a junção de raças e culturas, há muito esperada.

Tendo apresentado esta análise deprimente do índio civilizado “degenerado” e de sua inabilidade em contribuir substan-

(5) — Hermann von Ihering, “O futuro dos indígenas do Estado de São Paulo”, in *O Estado de S. Paulo*, 20 de outubro de 1908, pág. 1.

cialmente para a economia da nação, von Ihering apressou-se a assegurar aos seus leitores que êle não considerava a degradação e improdutividade dos nativos causa suficiente para seu extermínio deliberado. Embora o cientista não tenha de fato se expressado assim, aquilo estava subentendido pelo seu esboço de um programa em quatro pontos, destinado a salvar a sobrevivência das tribos remanescentes. Primeiro — disse von Ihering — era necessário ceder aos índios as terras de que precisavam e garantir a sua posse. Quanto a isto — afirmou, o Govêrno de São Paulo não tinha sempre agido com sabedoria ou justiça. Em segundo lugar — continuou — era preciso respeitar as idéias e os sentimentos dos índios, dos quais não se podia esperar que se conformassem com os códigos morais e padrões culturais dos brancos. Em terceiro lugar, as tribos hostis do rio do Peixe deveriam ser deixadas em paz, quando e onde isso fôsse possível. Deveria se esperar — von Ihering acrescentou — que os colonizadores daquela região procurariam vingança depois de ataques dos índios; no entanto, o massacre desnecessário e não razoável dos nativos deveria ser punido por lei. Finalmente — declarou o cientista — uma extensa campanha de propaganda era necessária para interessar os governos dos Estados e o Federal no bem-estar das populações indígenas.

Êste programa em quatro pontos infelizmente constituiu uma parte muito pequena da resposta do cientista. Como esta parte construtiva da sua argumentação era quase completamente ignorada por seus críticos, é bom lembrar aqui que tanto von Ihering como os seus opositores reconheciam, neste início do debate indígena, a necessidade urgente da proteção legal das terras dos índios e da intervenção dos Governos Estaduais e do Federal para salvar a população nativa da extinção.

Embora von Ihering assegurasse aos seus críticos e leitores que havia razões tanto humanitárias como científicas para adotar o programa de isolamento e proteção dos indígenas acabado de ser esboçado, êle não comentou, de forma alguma, os aspectos humanitários. Se tivesse dedicado apenas algumas palavras às implicações morais da questão, êle poderia ter silenciado aquêles que o atacavam por causa da sua abordagem fria e materialista do problema indígena. Em vez de fazer isto, saltou diretamente para a discussão das razões científicas da preservação das tribos remanescentes do Brasil.

Desenvolvendo-as extensamente, em seis parágrafos, von Ihering argumentou em favor de um estudo mais exato das culturas primitivas do país, por cientistas brasileiros. Mostrou que as coleções de artefatos indígenas, abrigadas nos museus

do Brasil, eram inferiores às que foram feitas por etnólogos estrangeiros e levadas para os museus da Alemanha e da Áustria. Com urgência — declarou êle — o Brasil deveria seguir o exemplo dos colecionadores europeus e imitar a abordagem séria e científica dos estudos indígenas, exemplificada pelo excelente **Bureau of Ethnology** dos norte-americanos. Esta parte da refutação de von Ihering ao ataque de Sílvio de Almeida encerrava informações interessantes e conselhos de valor. Talvez tivesse efeito para chamar maior atenção dos brasileiros ao campo da pesquisa etnológica, durante tanto tempo negligenciado. Sua inclusão, no entanto, neste ponto do debate, e a ênfase que von Ihering deu a ela, permitiu aos seus críticos que a usassem como confirmação de sua crença que o cientista estrangeiro tinha apenas uma razão forte e sincera para favorecer a sobrevivência dos índios: a esperança de conservar suas culturas intactas, como objetos de estudo para etnólogos como êle.

Apenas no fim da sua exposição longa e desconjuntada, von Ihering levantou a questão contravertida do extermínio dos índios. Mesmo aqui êle poderia ter apaziguado Almeida e seus outros críticos, negando claramente qualquer intenção de recomendar a dizimação deliberada da população nativa. Em vez disto, o cientista respondeu a Almeida num tom rude e polêmico e se livrou do seu ataque com uma referência depreciativa à propriedade do título, sob o qual o protesto do articulista tinha sido publicado: "Divagações". Von Ihering deu a conhecer que atribuía pouco valor às "divagações filantrópicas" de seu crítico, as quais eram "irrealistas e conseqüentemente "nem boa política nem boa ciência". Se — assim continuou von Ihering — seu difamador desejava pintá-lo como perseguidor dos índios, apenas baseado em algumas linhas de uma publicação científica, então a melhor resposta para êle era que deveria visitar a exibição indígena na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, na qual êle (von Ihering) tinha tentado glorificar a vida simples dos índios primitivos do Brasil.

Hermann von Ihering teria poupado para si muitas refutações e abusos futuros, se tivesse parado com aquela referência à sua exibição indígena. Infelizmente para êle, acrescentou um parágrafo final, que facilitou aos seus adversários a má interpretação de suas intenções de agora, como também das que foram expressas em suas afirmações posteriores. Suas palavras finais são apresentadas aqui para permitir ao leitor um julgamento próprio sôbre os verdadeiros sentimentos do cientista a respeito do extermínio dos índios:

“Confesso francamente que a mim pessoalmente o co-
roado do rio do Peixe, que não dá crédito às promessas do
branco e que tem por suspeitos os próprios patricios que
por ventura vivem em boas relações com os brasileiros,
é pessoa muito mais simpática do que o índio catequisado,
que é unicamente uma caricatura, tanto da cultura
indígena como da civilização moderna. Eles vivem felizes
nas matas, não querem a nossa civilização, e não vejo
a necessidade de lhes a impor. “*Sint ut sunt, aut non
sint*”. E’ isto que sinto por eles como homem; mas como
cidadão e pelas minhas idéias políticas, não posso consen-
tir que a marcha da nossa cultura deva parar perante
as flechas do índio e certamente a vida do sertanejo e do
colono nos vale mais do que a do bugre. A sorte dos in-
dígenas é certa: em parte aceitarão a nossa cultura, em
parte continuarão nossos inimigos e, como tais, sucessi-
vamente desaparecerão”.

Von Ihering não era certamente o primeiro a considerar o
desenvolvimento econômico do Brasil de importância maior do
que o bem-estar, ou mesmo as vidas, de certos índios selvagens
que tentavam bloqueá-lo. Muitos brasileiros, durante muitos
anos, tinham racionalizado o contínuo mau trato e o extermí-
nio dos índios com esta mesma idéia. Eles tinham tranquiliza-
do suas consciências com o pensamento de que o levanta-
mento de um Brasil maior era um fim que justificava os meios.
No entanto, neste período de preocupação crescente sobre as
relações com os índios, nenhuma figura de destaque no Brasil
tinha desejado ou ousado pronunciar em público esta idéia egoís-
ta e cruel. O fato de que um cientista alemão, impopular na
ocasião, finalmente a externou, provocou em muitos brasilei-
ros um reexame da justificação do mau trato, aos índios, ba-
seado no “desenvolvimento econômico”, e a sua renúncia, por
constituir um exemplo do raciocínio científico alemão, indigno
do povo brasileiro. O endosso público que von Ihering deu
à idéia de que o avanço da cultura do branco não deveria ser
prejudicado pelas flechas indígenas e que a vida do índio ir-
reconciliável era de menor importância do que a do colono,
significou que os brasileiros ou tinham que continuar a
participar da mesma opinião (um pensamento repugnante)
ou então renunciar a ela de uma vez, em favor de uma
atitude mais simpática para com a população nativa.

Von Ihering e as acusações de Fric.

O dia 20 de outubro de 1908 foi cheio de acontecimentos
para a vida de von Ihering e ao mesmo tempo para a história

do debate indígena que se estava desenvolvendo em volta dê-le. Sua resposta incisiva ao ataque de Sílvio de Almeida tinha aparecido naquela manhã n' **O Estado de S. Paulo**, como já se observou. Para a noite daquele mesmo dia estava programada sua conferência no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sôbre os índios de São Paulo e a exposição de Fric no Congresso de Americanistas de Viena. O último terço de sua conferência daquela noite ia ser idêntico (com exceção da referência a Sílvio de Almeida) à segunda metade do artigo publicado de manhã, contendo pois a parte mais explosiva do seu pronunciamento anterior. Os dois primeiros terços da palestra estavam destinados a desacreditar Alberto Fric e a dar aos membros do Instituto a versão "certa" das fricções entre índios e brancos nos Estados meridionais do Brasil.

Tratava-se de uma sessão ordinária do Instituto Histórico e o comparecimento foi abaixo do normal. Possivelmente isto significava uma expressão de desgosto a respeito da posição de von Ihering na questão indígena, embora seja duvidoso que a Sociedade já tivesse recebido do Centro de Ciências de Campinas o pedido oficial de apôio contra a "doutrina von Ihering". Apenas nove sócios estavam presentes, incluindo von Ihering e seu filho Rodolfo, que era o secretário **ad-hoc** da sessão (6).

Hermann von Ihering começou sua conferência com um resumo dos detalhes mais relevantes do procedimento de Alberto Fric no Congresso de Americanistas de Viena, Austria. Falou aos sócios da acusação levantada pelo jovem naturalista contra a assim chamada campanha jornalística "patrocinada pelos alemães" e contra a ação diplomática no Brasil, que tinham causado o colapso de seu projeto da reserva indígena e conduzido à rescisão de seu contrato com o Museu Etnológico de Berlim. Continuou relatando como Fric tinha acusado os colonizadores alemães de perseguição cruel, assassinato e escravização dos índios do Brasil, e como tinha proposto que o Congresso solicitasse ao Govêrno brasileiro a cessação das caçadas e da escravização daqueles povos primitivos.

Tais acusações, na afirmação de von Ihering, eram muito exageradas; agora se propunha a esclarecer a questão com informações mais exatas, colhidas de cartas e recortes de jornais em seu poder. Em primeiro lugar — começou — Alberto Fric não tinha sido demitido do Museu de Berlim sem motivo.

(6). — "Décima primeira sessão ordinária, em 20 de outubro de 1908", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIII (1908), págs. 456-457.

O Museu tinha julgado necessário dispensar os serviços do jovem naturalista, porque êle “iniciou uma agitação anti-germânica, procurou fundar uma liga em favor dos índios e agitou sistematicamente o espírito público contra os alemães” (7).

Depois de ter tocado levemente no assômbro e na indignação do embaixador e do cônsul-geral do Brasil em Berlim, ao receberem as notícias da acusação, feita por Fric, a respeito da crueldade alemã em Santa Catarina, von Ihering se pôs a citar extensamente um artigo de um jornal berlinense, num esforço para demonstrar o exagêro e a distorção do relatório de Fric. Foi a seguinte a passagem lida por von Ihering, presumivelmente de um artigo do **Berliner Lokalanzeiger**, traduzido para o português por êle próprio:

“Os índios assaltam colonos isolados, do modo o mais cruel. Os ameaçados, afinal, reúnem-se em expedições vingativas, por ocasião das quais os chamados “bugreiros” pagam na mesma moeda as crueldades dos índios. Conseguindo surpreender um acampamento de indígenas, matam todos, ao passo que os colonos costumam levar consigo meninos e até mesmo mulheres que aceitam nas suas casas. Em Joinville, por exemplo, um médico e um padeiro educaram cada qual uma menina índia; em Blumenau os prêsos foram aceitos e criados pelos franciscanos, pelas irmãs do Espírito Santo, bem como por pessoas particulares. Deram-se mesmo queixas de que estas providências pelos meninos índios seriam demasiadas, visto que se não fazia o mesmo em benefício dos colonos. E’ esta a escravidão em que caem os índios e a que se refere o Sr. Fricz”.

Depois desta resposta às acusações de Fric sôbre a escravização dos índios, von Ihering entrou num ataque mais pessoal. Como Paul Ehrenreich no Congresso Americanista em Viena, êle começou por desacreditar o jovem como cientista. Fric, em anos anteriores, sob o nome de Vojtech Fric, tinha escrito alguns artigos danosos contra o tratamento desumano dos índios, esclarecendo que embora os bugreiros — os que eram contratados para dirigir as caçadas aos índios — frequentemente fôssem também índios ou mestiços de índios, os verdadeiros culpados eram francamente os colonizadores alemães e

(7). — Esta informação aparentemente provém de uma carta recebida por von Ihering do Museu Etnológico de Berlim. A citação da conferência de von Ihering, assim como as seguintes, foi tirada de Hermann von Ihering, “Os Índios do Brasil Meridional”, in *Correio Paulistano*, 29 de outubro de 1908, cols. 1-4.

poloneses. Num destes artigos, impresso no periódico **Globus** (Braunschweig), em 28 de fevereiro de 1907, Fric tinha descrito alguns dos aspectos mais cruéis do massacre dos índios e depois atribuído a investida de vingança a uma tentativa anterior e inteiramente inocente de alguns índios de aproximar-se de um aldeamento colonial, situado na ribanceira de um rio, onde antigamente tinham encontrado uma porção de conchas para alimentação. Não tinham ido para matar — disse Fric — mas apenas porque precisavam de alimento e lembraram que antigamente lá havia grande quantidade. Tal conclusão estava baseada em seu estudo dos **sambaquis** (amontoados de conchas e artefatos de uma cultura antiga), encontrados naquela região. Von Ihering, especialista em moluscos antes de sua vinda para o Brasil, agora tinha possibilidade para expor a falta de treino científico do jovem e o seu descuido em ficar ao par da literatura sobre este assunto. Mas para fazer isto não era apenas necessário tratar dos sambaquis, mas também repetir a descrição feita por Fric, das caçadas aos índios, a qual precedeu a sua discussão sobre as conchas.

A horripilante narração de Fric, comentada por von Ihering para seus colegas do Instituto Histórico, incluía referências a uma expedição no Paraná contra índios botocudos. Falava em pagamento de prêmios, tanto por cabeça, e explicava o método rápido e fácil para juntar expedições de represália, depois de ataques indígenas, mediante noticiários telegráficos, de ampla difusão. O relatório continuava a falar em carabinas Winchester, cujos canos estavam ornamentados com dentes de índios e que Fric afirmava ter visto no oeste de São Paulo. Falava em prêmios, naquele Estado, de nada menos de 150 marcos para cada par de orelhas indígenas, e do prazer sentido por certos bugreiros ao avistar um índio atingido no cimo de uma árvore, caindo de galho em galho, até finalmente ficar morto no chão.

A base da pouca confiança que Fric merecia como cientista, e que se evidenciava pelo seu tratamento errôneo dos sambaquis, von Ihering obviamente esperou dos seus consócios que fôsem duvidar também da veracidade dos relatórios do naturalista sobre as caçadas aos índios. Explicando à pequena reunião do Instituto Histórico que êle mesmo, nos seus trinta anos de estudo etnológico no Brasil, nunca tinha testemunhado ou visto em outra fonte incidentes exagerados e adulterados como os relatados pelo crédulo jovem, continuou apresentando à Sociedade sua própria versão da verdadeira natureza do conflito entre brancos e índios no sul do Brasil.

Von Ihering admitia que de fato havia expedições dirigidas pelos assim chamados bugreiros, mas estes homens não matavam simplesmente por divertimento. Ele conhecia, por exemplo, um caçador de índios em Santa Catarina que teve mulher e filhos massacrados por índios e que, desde aquêl tempo, sempre tinha tido disposição para juntar-se às expedições de vingança que se seguiam a cada invasão do território dos colonos, pelos índios. Também — continuou — não havia crueldades desnecessárias nem venda de crianças indígenas. Embora os colonos capturassem e educassem algumas crianças — afirmou — a maior parte delas rapidamente escapava para as florestas. As que não retornavam às suas tribos não eram mais reconhecidos como índios, mesmo por seus próprios pais. Em Santa Catarina — continuou o cientista — onde a expansão colonial era mais vigorosa do que em São Paulo, parecia haver justificação ampla para o extermínio dos índios. Von Ihering assegurou aos seus colegas, cientistas e historiadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que:

“E’ natural que os colonos, quando provocados por assaltos, persigam os índios e então necessitem de guias que sejam perfeitos conhecedores das matas. São estes os chamados “bugreiros”, cujos serviços nem as autoridades nem os colonos podem dispensar. Claro é que estes caçadores, que assim se põem ao serviço dos colonos, percebem remuneração; mas nunca acontece o que o Sr. Fric narra: um pagamento por dúzia de orelhas!”

Sôbre tais assuntos — von Ihering admitiu — êle não falava por observação pessoal. Não obstante, oferecia duas ou três boas razões para duvidar das declarações de Fric. Em primeiro lugar — assim argumentou — as histórias contadas pelo jovem naturalista não podiam ser verdadeiras, pois êle (von Ihering) teria lido a seu respeito, já que era seu costume manter-se informado de tudo o que se escrevia sôbre os índios. Em segundo lugar, a descrição que Fric fazia das coleções de dentes indígenas pertencentes aos bugreiros e dos prêmios pagos por dúzia de orelhas, devia ser um êrro ridículo, porque a “instituição de bugreiros” não era conhecida em São Paulo, onde, de acôrdo com o naturalista, não foram testemunhadas tais práticas. Finalmente — era esta a conclusão do cientista — a ornamentação de carabinas com dentes indígenas devia ser um mito, pois constituiria um ato perigoso e estúpido da parte de um assassino de índios de chamar assim a atenção dos nativos para os seus feitos e atrair sôbre si sua inimizade e vingança

Embora o cientista parecesse seguro, ridicularizando assim o relatório do jovem, ver-se-á mais tarde que as informações de von Ihering sôbre as relações com os índios, no oeste de São Paulo, eram inadequadas para uma refutação tão incisiva. Menos de dois meses depois de ter contado à sua Sociedade que a “instituição dos bugreiros” era desconhecida no Estado de São Paulo, o cientista se contradisse, respondendo a um outro ataque às suas teorias, com a afirmação de que as caçadas aos índios não só eram conhecidas em São Paulo mas eram mais impiedosas lá do que nas colônias alemãs de Santa Catarina.

Chegou o momento para que von Ihering deixasse a discussão do extermínio dos índios e terminasse com o seu relatório sôbre as coleções indígenas nos museus europeus. Antes, porém, êle repetiu, com citação de fontes, o parágrafo original que tinha motivado os protestos de Sílvio de Almeida, Luís Bueno Horta Barbosa e Tito de Lemos. Depois da leitura do parágrafo contravertido, von Ihering talvez tenha explicado, num parêntese, ao seu pequeno auditório, quais tinham sido suas intenções, quando escreveu aquela declaração a respeito do extermínio. De qualquer modo, uma explicação dêste tipo apareceu como nota de rodapé no jornal **Correio Paulistano**, o qual publicou tôda a conferência aqui resumida. A nota é a seguinte:

“Quando falo do ‘extermínio dos índios’, naturalmente só me refiro àquêles que são um verdadeiro impedimento à expansão da nossa cultura, e isto no caso de complicações e assaltos”.

Por que tinha von Ihering dado à sua frase original uma forma tão obscura que precisou de uma nota de rodapé para abrandar-lhe as implicações? E por que não tinha feito nenhum esforço em sua resposta pública ao ataque de Sílvio de Almeida, para assegurar aos seus leitores que não estava recomendando a matança indiscriminada de todos os índios não incorporados à civilização do branco? Sentiu êle que os cientistas o compreenderiam, e que a opinião dos outros não importava?

Uma última passagem da conferência de von Ihering será citada agora, porque, como as outras aqui reproduzidas, permite ao leitor tirar suas próprias conclusões sôbre o homem que é uma figura principal dêste estudo. Numa observação final sôbre o extermínio dos índios, disse êle:

“Desta maneira, o que resta de positivo das acusações do Sr. Fricz é apenas o fato dos colonos, ameaçados e assaltados, se vingarem, organizando expedições contra os índios.

Ninguém pode duvidar que no correr destes assaltos e expedições vingativas, também por parte dos brancos sejam cometidos atos de barbaridade, mas isto ocorre também em outras guerras e revoltas.

Os americanos procederam do mesmo modo, quando a sua colonização foi impedida pelos índios, e a Alemanha ainda hoje, na África ocidental tem de defender a vida dos colonos pela força armada. E' absurdo exigir que no Brasil se proceda de outro modo. E' dever nosso proteger e educar os índios que se sujeitam à nossa civilização, mas os que se mostram adversos à nossa cultura, não merecem a mesma consideração, visto que a vida do sertanejo ou do colono nos vale mais do que a do 'bugre' quando refratário à nossa cultura".

A hora era adiantada, quando von Ihering terminou sua palestra. A sessão foi logo encerrada, e não há comentário nas atas sobre o modo pelo qual se recebeu a conferência (8). Três anos depois, no entanto, o próprio von Ihering escreveu sobre os calorosos aplausos a ela dispensados e a ausência de qualquer voz discordante entre os seus ouvintes — fato que lhe dificultou a compreensão subsequente da falta de apóio público, por parte de seus consócios, quando precisou de sua solidariedade (9).

A avaliação do índio por Melillo.

Apenas quatro dias depois da conferência de von Ihering e da publicação de sua resposta a Almeida n'O Estado de S. Paulo, o Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas reuniu-se para uma nova sessão. Imediatamente tornou-se claro que seus sócios não tinham a intenção de encerrar o assunto do extermínio dos índios. Nesta sessão, de 24 de outubro, o protesto de Tito de Lemos, da sessão anterior, foi fortemente apoiado num longo discurso de um dos sócios mais jovens do Centro, Vicente Melillo.

Com a devida modéstia, Melillo explicou que sua finalidade não era a de melhorar aquilo com que seus consócios já tinham contribuído à digna causa da proteção dos índios, mas antes a de estimular outros a novos esforços em prol dos mesmos. Citando o original do "parágrafo do extermínio", agora tão amplamente divulgado, Melillo comentou para seus con-

(8). — "Décima primeira sessão", in *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, vol. XIII, pág. 457.

(9). — Hermann von Ihering "A questão dos índios no Brasil", in *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII (1911), pág. 115.

sócios aquela parte da resposta de von Ihering a Sílvio de Almeida, na qual o cientista tinha repetido e reforçado sua opinião sobre a inutilidade do índio na vida e economia do Brasil.

A expressão pública de tal convicção — Melillo afirmou — exigia um protesto complementar do Centro de Ciências, vado em termos fortíssimos. Que importava se o índio não era bom trabalhador — perguntou; não era isto que justificava seu extermínio. Pois o que aconteceria se a pena de morte fôsse decretada contra todos os membros da raça branca que não contribuíam, ou não podiam contribuir, substancialmente para a fôrça de trabalho da nação? Além disso, com todo o respeito para com Couto de Magalhães (citado por von Ihering a respeito da influência estranha sobre os índios), o efeito degradante sobre o nativo do contacto com a civilização do branco não era certamente desculpa para os brasileiros tirar aos índios a sua legítima parte na vida e cultura nacionais.

Vicente Melillo chamou a atenção especial para as aparentes contradições nas palavras de von Ihering de 20 de outubro, em resposta a Sílvio de Almeida —

“teorias que se combatem e considerações que se contradizem completamente” (10).

Melillo contou aos seus consócios que não podia compreender como um cientista podia condenar tão profundamente os efeitos da catequese sobre o índio, e depois, no mesmo trabalho, elogiar os jesuítas pelos seus frutíferos labores, no passado. Também não podia entender como von Ihering era capaz de apreciar a nobreza do índio selvagem, como disse que apreciava, e não obstante denunciá-lo como inútil e condená-lo ao extermínio completo.

Melillo estava especialmente preocupado pela atitude depreciativa de von Ihering em relação aos esforços atuais do clero em catequizar e civilizar. Não apenas se orgulhava o jovem sócio de Centro de Ciências da obra realizada pelos jesuítas no passado, mas expressou seu otimismo também quanto às possibilidades futuras, realizáveis pelo mesmo grau de alta devoção e consagração do clero católico. O Governo brasileiro — esta era a advertência de Melillo — estava se evadindo de sua responsabilidade em relação aos índios, por deixar, desde

(10). — Todas as citações e comentários da conferência de Melillo, de 24 de outubro, no Centro de Ciências, foram tirados de Melillo, “Os Índios do Brasil”, in *Revista do Centro de Ciências*, n.º 20 (1908), págs. 137-140. A citação supra está na pág. 138.

o advento da República, de atribuir verbas à Igreja para seus esforços de catequese da população nativa.

Seu discurso não era um ataque pessoal tão forte a von Ihering como os protestos anteriores. Talvez isto seja devido à idade do conferencista. Não obstante, o efeito desta exposição sôbre a maré crescente de sentimentos contra o sempre visado cientista do Museu Paulista não era menos poderoso. O mesmo sentimento anti-germânico, que tinha aparecido nos protestos anteriores, estava nas entrelinhas desta conferência. Por exemplo, na parte inicial, Melillo referia-se à “barbárie de nossa civilização científica”, e depois êle chamou a atenção para a palavra “cidadão” usada por von Ihering em sua auto-descrição. Havia também um tom amargo de ressentimento nacionalista contra a facilidade com a qual o Govêrno abriu suas caixas para pagar professôres visitantes do estrangeiro ao mesmo tempo em que se recusava a subsidiar adeqüadamente a obra das missões católicas, entre os índios.

Nesta fase inicial do debate indígena — de acusações e replicações, de crítica construtiva e ataques pessoais — devemos evitar de nos perder nas malhas dos detalhes interessantes mas não essenciais. Claramente, a idéia mais constante e mais arraigada nos argumentos de von Ihering e seus adversários era a convicção crescente que já era tempo de se fazer algo em prol dos índios. Não havia ainda nenhum argumento sôbre a natureza daquele “algo”: proteção militar dos colonos, legislação protetora para os índios, isolamento da população nativa ou reservas, sua incorporação em comunidades civilizadas ou, finalmente, como Vicente Melillo recomendou agora, subsídios governamentais mais liberais para a catequese dos indígenas.

O discurso de Melillo de 24 de outubro perante o Centro de Ciências em Campinas marcou um novo passo para frente, no caminho da ação governamental relativo à solução do problema indígena. Era mais do que um argumento contra a sanção que von Ihering prestava ao extermínio de índios hostis e mais do que um apêlo para a ação comum em protesto contra tal injustiça. Melillo, como von Ihering quatro dias antes, falou em defesa de uma campanha organizada em prol dos índios. Mas, em desacôrdo com o cientista, Melillo esclareceu que a finalidade de fazer a nação enfrentar êste assunto não era apenas a de forçar o govêrno a separar dois partidos em conflito, que não estavam lutando com armas limpas. Pelo contrário, exigiu uma campanha que não separasse mas antes juntasse o índio e o branco numa união de entendimento mútuo e amizade duradoura. Tal esforço não teria êxito — ad-

vertiu — se os brasileiros deixassem de se dar conta, primeiro, que eram êles e não os índios os culpados pelo conflito amargo entre as raças. Melillo apoiou seu argumento numa descrição extensiva de injustiças passadas da parte do branco. Dever-se-ia estranhar — perguntou — que aquela gente boa e destemida recorria à fôrça e traição, quando:

“...quase sempre êles, os índios, é que são vítimas de traições e falsidades que praticamos; abusando de nossa posição de raça conquistadora, damo-lhes razão de sobra para reagirem contra nós...”.

A aceitação da culpa dos brancos pela crise do século XX nas relações com os índios é a parte mais significativa no discurso de Melillo de 24 de outubro. Outros, em anos anteriores, tinham externado a mesma convicção, mas com pouco resultado. Agora, no entanto, justamente doze dias depois de Horta Barbosa ter introduzido a idéia neste debate acalorado, Melillo a apresentou de novo, convincentemente, aos muitos brasileiros que estavam certamente à procura de uma solução duradoura do problema indígena. Sua atitude altruística era a da abordagem antiquada e idealística do século XIX, renascida da reação contra os frios argumentos científicos de Hermann von Ihering e a filosofia cada vez mais impopular da sobrevivência do mais apto.

Durante quase meio século, o “selvagem nobre” ficara perdido e quase esquecido. Nas palavras desafiantes e proféticas de Vicente Melillo, pode-se ver a invocação da figura trágica do índio, de um passado distante:

E’ tempo, meus senhores — as circunstâncias atuais nô-lo dizem e nô-lo impõem — de encetar uma campanha decidida e patriótica a favor da raça indígena, cujos destinos e cujos direitos os homens cultos conspurcaram, para mostrar o que é e reabilitá-la aos olhos da filosofia e aos olhos da história”.

Melillo terminou seu discurso com um eloqüente desafio que muito auxiliou a estimular o Centro em Campinas a levar adiante sua ação na questão indígena. Referindo-se à injustiça praticada contra os índios da América do Norte e à inabilidade daquela ação em abolir a escravidão dos negros, sem amargura e derramamento de sangue, êle externou a seguinte expressão nobre de brio nacional e de esperança para o futuro:

“Se a catequese da América do Norte é feita a ferro e fogo, eu sei, é talvez porque entre as constelações que estrelam a sua bandeira, o céu lhe não depara como o nosso, olímpica e serena, a do Cruzeiro do Sul, símbolo de amor, do amor que há de surgir ainda, em breve, para redimir como redimiu o negro, aos índios do Brasil”.

As atas da sessão mostram que Melillo foi calorosamente aplaudido. Dois membros da Sociedade levantaram-se para manifestar sua satisfação pelos sentimentos humanitários expressos e pela excelência do discurso. Um dêles foi Tito de Lemos, o qual agradeceu ao sócio mais moço as amáveis referências à sua palestra da semana anterior, sôbre o mesmo assunto (11).

Quase por coincidência deu-se nesta mesma sessão de 24 de outubro a eleição para sócio de uma outra figura de principal importância para êste estudo, Erasmo Braga, que mais tarde iria tornar-se um dos mais conhecidos e respeitados dirigentes da Igreja Protestante no Brasil. Em outubro de 1908 êle era um jovem professor no Seminário Teológico Presbiteriano de São Paulo e um dos sócios fundadores da Sociedade Científica de São Paulo. Êle e Vicente Melillo — dois dos sócios mais novos do Centro de Ciências, um católico fervoroso e o outro um líder protestante — iriam trabalhar juntos, nos meses seguintes, como dois dos paladinos mais fortes da campanha em prol do índio, a ser oficialmente desencadeada, em breve.

A contribuição de Sílvio de Almeida: uma atitude nova.

Apenas dois dias depois da conferência de Melillo, Sílvio de Almeida dedicou um outro de seus artigos matinais de segunda-feira ao assunto do extermínio, levantado por von Ihering. Desta vez o idoso e erudito publicista escreveu com menos dramaticidade. Sua finalidade, agora, não era de chocar o público comum, mas antes responder, convincentemente, aos contra-ataques de von Ihering a êle e de levantar a discussão a níveis mais construtivos. Embora lhe faltassem os conhecimentos do cientista alemão sôbre antropologia e etnologia — fato que admitiu de bom grado — sua habilidade literária e a justa causa que defendia deram-lhe uma vantagem decisiva sôbre seu adversário.

(11). — “Ata da 307.a sessão ordinária de 24 de outubro de 1908”, in *Revista do Centro de Ciências*, n.º 31 (junho de 1913), pág. 72.

Embora polido em sua linguagem, Almeida não enfraqueceu a pressão de seu ataque a von Ihering. As palavras do cientista em seu artigo do dia 20,

“Parece que o Sr. Dr. Sílvio de Almeida não gostou da minha opinião...”.

Almeida respondeu com ênfase:

“Francamente: nem eu nem ninguém gostou!” (12).

Von Ihering tinha acusado Sílvio de Almeida de ter expressado idéias, em seu primeiro protesto, que não eram de boa ciência nem de boa política. Admitindo agora que os conhecimentos de von Ihering lhe davam o direito de avaliar o que era boa ciência, Almeida não obstante afirmou que ciência, como a árvore do Evangelho, deveria ser julgada pelos frutos. Além disso, êle declarou que experimentava alguma dificuldade em perceber o bom numa ciência que atribuía a certas tribos indígenas uma inércia fatal, que as tornava incapazes de progresso. Em resposta ao comentário sarcástico de von Ihering sobre suas “Divagações filantrópicas” êle mostrou que as observações da coluna do dia 12, intituladas “Divagações” não tinham, esta vez, se afastado ou divagado irrealisticamente da formulação exata da declaração do cientista sobre o extermínio dos índios, tal qual apareceu na Revista do Museu Paulista. Nem se tinham afastado — acentuou Almeida — da única interpretação possível daquele impiedoso veredito, o qual significava que a erradicação de índios selvagens estava justificada durante o processo de colonização do sudoeste.

Êste segundo ataque de Sílvio de Almeida não se baseou, tanto como o primeiro, nas palavras de autoridades do passado, para apoiar sua própria convicção de que o índio hostil poderia ser domado e assimilado à cultura e economia da nação. De acôrdo com esta tendência de confiar menos no testemunho do passado e mais na evidência da atualidade, o articulista escolheu como única referência à carta aberta, dirigida a êle por Horta Barbosa em 12 de outubro, a descrição que êste fazia dos trabalhos então efetuados pelos índios parecís, antigamentes hostis, na manutenção das linhas telegráficas no interior longínquo de Mato Grosso. O articulista re-

(12). — Sílvio de Almeida, “Divagações”, in *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1908, pág. 1. As citações e comentários dêste artigo, que aparecem adiante, foram também tirados desta fonte.

feriu-se a apenas uma autoridade do passado, José Bonifácio, mencionado em seu primeiro ataque a von Ihering e citado longamente por Horta Barbosa em seu protesto daquela mesma data, isto é, 12 de outubro. A breve citação de Sívio de Almeida, como também a de Horta Barbosa, foi tirada de um apêlo lançado por José Bonifácio, em 1823, para que os brasileiros se abstivessem de novas perseguições às raças nativas (13).

Igualmente, de acôrdo com a tendência para a aceitação, pelos brasileiros, da culpa pelos conflitos passados e presentes entre a raça branca e a indígena, Almeida acrescentou diversos incidentes à lista de Vicente Melillo sôbre crueldades praticadas contra os índios. Ele incluiu o relatório de um jornal (**Diário Popular** do Rio de Janeiro, abril de 1888) sôbre o envenenamento proposital das fontes de água potável dos nativos — ato que teve como consequência a morte de 3000 índios, imediatamente após o crime e de mais 800 poucos dias depois. Também descreveu o massacre durante uma festa de

(13). — Nenhuma discussão do debate indígena de 1908-1910 estaria completa sem a menção da influência considerável exercida por José Bonifácio de Andrada e Silva, "Patriarca da Independência" do Brasil. No dia anterior à sua eleição para Presidente da Assembléa Constituinte, em 1 de junho de 1823, êle apresentou ao legislativo nacional um eloqüente apêlo para o uso de justiça e clemência no tratamento da população nativa do país. Esta mensagem, os délebres *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*, esboçou um programa razoável e altamente ético, pelo qual os nativos deveriam ser pacificados, civilizados e assimilados à vida e economia nacionais. Infelizmente, seu conselho foi considerado exageradamente idealista. Couto de Magalhães tentou pô-lo em prática na segunda metade do século, mas sua atenção foi desviada para outros assuntos. Durante mais de 80 anos o programa de José Bonifácio esteve quase ignorado, embora seus escritos abolicionistas tivessem formado um forte fundamento para a campanha da qual resultou a emancipação dos escravos negros, em 1888. Depois daquela data os positivistas, que de longa data tinham reverenciado o nome de José Bonifácio, como se fôsse o patriarca de seu próprio movimento filosófico, mudaram seu interesse na abolição para o outro sonho do estadista, a assimilação da população nativa à vida nacional. Assim se explica que no *Jornal do Commercio* de 7 de dezembro de 1907, R. Teixeira Mendes, como porta-voz da Igreja Positivista do Brasil, resumiu os *Apontamentos* de José Bonifácio, num pleito próprio em prol do tratamento mais justo e mais clemente dos índios. E, assim, como consequência natural, os positivistas Sívio de Almeida e Luís Bueno Horta Barbosa usaram palavras do estadista alguns meses mais tarde, por ocasião de seus ataques à "doutrina von Ihering". Voz alguma do passado falou mais alto pela causa da pacificação e assimilação dos índios, quando ela era debatida em 1908-1910, do que a de José Bonifácio. Vide Manuel Miranda, *O programa de José Bonifácio pela redenção da raça indígena. Carta aberta a Ernesto Senna*, (Rio de Janeiro, 1911); *Homenagem a José Bonifácio no 88.º aniversário da Independência do Brasil. Inauguração do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, 7 de Setembro de 1910*; Sívio Romero, *História da Literatura Brasileira*, 3a. edição, vol. II (Rio de Janeiro, 1943), págs. 213-220; "José Bonifácio and Brazilian History", in *Hispanic American Historical Review*, vol. VIII (novembro, 1928), págs. 527-550.

casamento dos índios, perto de Avanhandava na Estrada de Ferro Noroeste, incidente já relatado no primeiro capítulo deste trabalho.

Almeida, com razão, mostrou surpresa e prazer a respeito da recomendação de von Ihering que terras fôsem cedidas aos índios e que seus direitos às terras fôsem protegidos por lei. Um pouco jocosamente manifestou que ia dar os parabéns ao cientista pela sua conversão, quando porém mais adiante topou com as convicções de von Ihering “como homem e como cidadão”. Sílvio de Almeida tirou tôda vantagem da declaração rude de seu adversário, repetindo-a cuidadosamente e depois discutindo-a para seus leitores, como se segue:

“O Dr. Ihering, homem, queria o respeito às terras dos selvagens, mas o Dr. Ihering, cidadão, já não admite que eles embarguem o passo do invasor civilizado... Mais patente não podia ser o conflito dos dois critérios do que com essa estranha teoria de deixar os índios sossegados, enquanto fôr possível, e de exterminá-los, uma vez que embaracem a nossa expansão territorial. — Pois eu, ao contrário, entendo que ‘jamais’ se justificará a usurpação dos minguados territórios que ainda restam aos naturais senhores de todo o antigo e vasto Pindorama...”.

Esta era uma expressão corajosa sôbre a abordagem nova do problema indígena, por parte dos brasileiros. A contradição inquietante, agora atribuída a von Ihering, era idêntica à que estava na base da palestra de Inácio de Moura sôbre a região amazônica, no Congresso Internacional de Americanistas em Viena, um mês antes. Era idêntica à que, até há pouco, tinha preocupado a nação inteira. Agora, finalmente, um publicista influente denunciou aquela contradição não apenas como desnecessária, mas também como “estranha teoria” de um cientista alemão. A contribuição maior de Sílvio de Almeida para o movimento em prol da proteção governamental dos índios era a seguinte resposta irrestrita à questão

“O que será dos índios hostis que bloqueiam o desenvolvimento econômico da nação?”

Sua resposta era animadora em seu positivismo:

“...‘jamais’ se justificará a usurpação dos ...territórios que ainda restam aos naturais senhores...”.

Nesta segunda discussão do problema indígena, assim como tinha sido o caso dos recentes argumentos de von Ihering

e dos que o atacavam, Sílvio de Almeida exigiu vigorosamente alguma forma de intervenção governamental como essencial para qualquer solução efetiva e duradoura do problema indígena. Qual teria sido o efeito de tais recomendações sobre a política do Governo, é de difícil avaliação, — talvez mínimo nesta fase inicial. De qualquer modo, os sentimentos de Almeida a este respeito foram formulados com vigor:

“Sem nenhum exagêro sentimental, o Estado, que é o órgão do direito, pode e deve intervir nas lutas que se travarem entre a flecha do selvícola e a espingarda do sertanejo”.

Até este ponto a controvérsia entre Hermann von Ihering e seus opositores tinha-se concentrado nas cidades de São Paulo e Campinas. O Rio de Janeiro, praticamente, não se tinha dado conta ainda da excitação crescente sobre este problema, atualíssimo no Estado vizinho. Nenhum resultado imediato tinha-se seguido ao apêlo do Centro de Ciências para um co-protesto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, e nem podia ser esperado de uma agremiação como esta, cujo distanciamento olímpico das discórdias correntes nunca era perturbado com facilidade. Iria ser o Presidente *ad-hoc* do Movimento Positivista no Brasil, a quem caberia a abertura do debate sobre o problema indígena, na imprensa e nas sociedades científicas da capital do país. R. Teixeira Mendes começou a se dedicar a esta tarefa com todo o entusiasmo e fervor de seus pronunciamentos anteriores em favor dos índios.

(Continua no próximo número).

DAVID HALL STAUFFER

Da Universidade do Texas e, atualmente, do 'Department of State' dos Estados Unidos da América do Norte.